

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO:
impactos na vida das mulheres em Mariana/MG**

**THE RUPTURE OF THE SAMARCO DAM:
impacts on the lives of women in Mariana/MG**

Débora Rosa ¹

Claudia Mayorg ²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado efetivada entre os anos de 2015 e 2019 que investigou os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG. Trata-se de uma pesquisa participante que teve como referencial teórico e metodológico a psicologia social comunitária. Como resultados da pesquisa, constatou-se que as violações presentes no rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton intensificaram a opressão sobre as mulheres se efetivando enquanto negação de direitos de reparação, negação de direitos trabalhistas e indenizatórios.

Palavras-Chaves: Mulheres; Mariana/MG; Samarco; Barragem; Psicologia Social.

Abstract: This article presents the results of a doctoral research conducted between 2015 and 2019 that investigated the impacts of the collapse of the Samarco, Vale and BHP Billiton tailings dams on the lives of affected women in Mariana / MG. It is a participatory research that had community social psychology as its theoretical and methodological framework. As a result of the investigation, it was found that the violations present in the collapse of the Samarco, Vale and BHP Billiton dams intensified the oppression under the lives of women, taking effect as a denial of the rights to reparation, denial of labor rights and compensation.

Keywords: Women; Mariana/MG; Samarco; Dam; Social Psychology

Introdução

As imagens da avalanche de lama inundando e destruindo comunidades inteiras, as notícias das mortes de pessoas, animais, rios, nos ajudam a resgatar na memória a proporção do maior crime socioambiental do Brasil, ocorrido em 05 de novembro de 2015 quando uma

¹ E-mail: ddddebor@yaho.com.br.

² E-mail: mayorga.claudia@gmail.com.

barragem de rejeitos de mineração, conhecida como “Fundão” de propriedade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton rompeu na cidade de Mariana/MG e deixou um rastro de destruição e mortes por onde passou, do Rio Doce ao litoral da Bahia.

Ao longo do caminho de destruição causado pela lama, verificou-se: mortes de trabalhadores das empresas mineradoras e moradores das comunidades afetadas, desalojamento de populações; devastação de localidades e consequente desagregação dos laços sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edifícios, pontes, ruas, etc.); destruição de áreas agrícolas; interrupção de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas afetadas (Candongia, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa da Mata Atlântica; mortalidade da biodiversidade aquática e da fauna terrestre; interrupção da pesca por um período indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou fragilidade dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade das águas.

O rompimento da barragem da Samarco é em si mesmo uma violência, esta que se perpetua no Brasil enquanto acumulação via espoliação (Harvey, 2004) presente desde os tempos do Brasil colônia e ainda em voga na sociedade brasileira enquanto práticas corporativistas e governamentais em nosso país. O saque, o roubo e a privatização das empresas nacionais como a Vale do Rio Doce são um exemplo. Aspectos da nossa economia que mesclam estruturas semifeudais com o capitalismo formam as bases de uma nação semicolonial (Mariátegui, 2007). É neste contexto, que a barragem da Samarco rompe em 2015, em um momento de queda dos preços das *commodities* minerais e aumento expressivo da produção em busca do lucro máximo.

O crime da Samarco, Vale e BHP Billiton em sua complexidade e expressão de distintas violências, afetou a vida de milhares de pessoas, e a vida das mulheres especialmente. Segundo relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

(2010), sobre violações de direitos na construção de barragens, as mulheres são especialmente atingidas e encontram os maiores obstáculos na reposição de seus modos de vida. A violência patriarcal é um efeito do rompimento da barragem que amplia as violências e invisibilidades contra as mulheres, especialmente as ligadas ao âmbito econômico e do trabalho.

Este trabalho orientou-se teoricamente a partir das contribuições da psicologia social comunitária, em especial, as contribuições do psicólogo salvadorenho Martin-Baró (1998), que desenvolveu teórica e metodologicamente bases para uma psicologia social comunitária conectada com os problemas e a realidade concreta das populações marginalizadas e exploradas de nosso continente. Também buscamos na teoria feminista, especialmente nos estudos sobre patriarcado (Pateman, 1993; Saffioti, 1987), elementos para a análise da situação das mulheres diante das lógicas efetivadas pelas empresas que aliam opressão econômica e opressão sexual.

Em março de 2018, frente a uma série de violações cometidas pelas empresas em relação a reparação e indenização dos danos para com atingidos e especialmente para com as atingidas, sete instituições, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DP-MG) e Defensoria Pública do Espírito Santo (DP-ES) conjuntamente, elaboraram uma série de recomendações para que as empresas mineradoras adotassem práticas menos excludentes na condução do processo de reparação, uma vez que foi constatado que as empresas vinham invisibilizando as atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres, sendo seu trabalho colocado como 'complementar' ao do seu marido, não lhes garantindo acesso a uma reparação que faça jus a sua condição de vida anterior ao colapso de Fundão (Ministério Público Federal et al., 2018).

Durante os primeiros meses após o rompimento da barragem, este tipo de conduta das

empresas mineradoras esteve presente quando da concessão dos auxílios emergenciais³, na ocasião foram ignoradas uma gama de trabalhos informais, trabalhos rurais, e atividades de pesca realizadas por mulheres atingidas. O cartão de auxílio financeiro mensal foi destinado para o homem, considerado o “chefe da família”, deixando as mulheres sem autonomia econômica e em posições de dependência financeira. As situações das mulheres atingidas e o nível de violações que têm estado expostas são reveladoras do sexismo e do patriarcado como práticas sistemáticas de atuação das empresas mineradoras na condução do processo de “reparação” dos danos.

Para Engels (2017), o patriarcado pode ser compreendido como um conjunto de relações hierárquicas e de dominação dos homens sobre as mulheres que se constitui na história por meio do acúmulo do excedente de produção e advento da propriedade privada e a consequente divisão sexual do trabalho a qual relegou as mulheres ao espaço doméstico. Para Pateman (1993), é um poder baseado na sujeição sexual das mulheres, que adquire uma forma própria na modernidade por meio de um contrato original/sexual que instituiu o casamento e a família, é ainda fraternal, no sentido em que existe a partir de uma aliança masculina onde, para garantir seu domínio social e econômico subjuga as mulheres, e, é a base estrutural da sociedade civil capitalista.

Entender o patriarcado como um sistema construído socialmente e que transcende as esferas privadas nos ajuda a evidenciar um conjunto de práticas institucionais que tentam naturalizar as desigualdades, o sexismo e o racismo como inerentes a uma certa “natureza inferior”, passional e irracional da mulher que a incapacita de ser reconhecida como pessoa, e se convertem em justificativas para pagar salários mais baixos às mulheres, mais baixo ainda para mulheres negras, mantê-las longe do espaço da política, controlar sua sexualidade,

³ Foi concedido como auxílio financeiro emergencial um cartão mensal no valor de um salário mínimo para o atingido que teve perda de trabalho e renda e pagamento de aluguel em moradias provisórias para as famílias que tiveram suas casas destruídas pela lama.

objetificar seus corpos e torná-los mercadoria e ainda, usar da violência como forma de silenciamento.

É importante salientar, assim, que a opressão sobre as mulheres é uma construção social e sempre esteve atrelada a instauração e manutenção de interesses econômicos e de poder de uma sociedade masculina e branca, atingindo maiores escalas a partir da incorporação do patriarcado no sistema capitalista que junto a dimensão colonial e da raça perpetuaram a exploração sobre as mulheres, especialmente sobre as mulheres negras.

As violências contra as mulheres persistem, associadas a uma norma social do feminino como sinônimo de domesticidade, e, se expressa por meio da divisão sexual do trabalho. Tal divisão é uma das principais bases materiais do patriarcado no sistema capitalista que transforma o trabalho de homens e mulheres em desigualdades e estrutura-se a partir de dois princípios organizadores: a) existe uma separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e b) existe uma hierarquia, onde um trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher. Tais princípios legitimam-se por meio de uma ideologia naturalista que associa a mulher as tarefas de cuidado da casa, do lar, do marido, dos filhos, ou seja, do espaço privado (Hirata & Kergoat, 2007; Sorj, 2014; Ávila, 2010).

O sistema de poder patriarcal na sociedade capitalista ramifica-se e encontra sustentação material no trabalho, ao reforçar o lugar da mulher como responsável pelo trabalho doméstico e integrá-la de forma precarizada ao trabalho dito produtivo no mercado de trabalho formal ou informal, ela vê seus tempos de lazer e de descanso esvaírem-se em seu cotidiano “na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção” (Ávila, 2010, p. 87).

Se acrescentarmos a estes trabalhos produtivos e reprodutivos feitos pelas mulheres, demandas de participação social e política, como são demandadas aos atingidos e atingidas

pela barragem de Fundão que buscam reparação de suas perdas, as mulheres atingidas são as que tem maiores dificuldades em participar e se engajar politicamente.

Investigar estas questões, consideradas como “invisibilidades”, assim como a violência e a opressão vividas pelas mulheres atingidas ganha importância no campo teórico, ético e político, pois busca “jogar luz” sobre experiências consideradas marginais e pouco importantes na luta política e no espaço público (Reyes et al., 2017). Neste sentido, a compreensão das realidades das mulheres atingidas reporta a reflexão de suas particularidades enquanto mulheres pobres, em sua maioria negras, vítimas da atividade minerária, do colonialismo, mulheres do chamado terceiro mundo. Marcar estes lugares sociais são importantes para entender o nível de violência a que elas estão expostas.

Método

A opção teórica metodológica dessa pesquisa foi a psicologia social comunitária (Montero, 2004) e a pesquisa participante (Fals Borda, 2009) que foi efetivada entre os meses de outubro de 2016 até abril de 2018 no município de Mariana/MG.

Para a psicologia social comunitária a metodologia está profundamente imbricada com sua orientação teórica, considerando o conhecimento como algo relacional, ou seja, é produzido pelo sujeito investigado e pelo investigador, sendo que este é seu caráter ontológico e epistemológico. A metodologia é participativa, tendo como dimensão ética a busca pela produção de um conhecimento compartilhado buscando a transformação social da realidade (Montero, 2004).

A partir desta compreensão, o método para a psicologia social comunitária tem um caráter relacional que implica na construção de um processo dialógico e dinâmico em que os métodos seguem o processo de intervenção e mudam na medida em que a realidade se

transforma de forma crítica, reflexiva e coletiva. Desse processo dialógico se reconhece os sujeitos membros de determinada comunidade como donos de uma história e não apenas como meros objetos de pesquisa. A ética da relação entre pesquisador e pesquisado pressupõe assim, a equidade e o reconhecimento não “somente do caráter humano e digno do outro, mas também que a alteridade não é uma brecha, uma diferença, algo que distingue, que separa, mas que é parte do eu” (Montero, 2004, p. 45, tradução nossa).

O conhecimento é então produzido de forma compartilhada na práxis da ação comunitária, a participação assume uma dimensão que é sobretudo política e visa contribuir para a desalienação, uma vez que os modos de subjetivar promovidos pelo capitalismo são cada vez mais individualizantes e alienantes.

As reflexões apresentadas neste texto são oriundas de observação de reuniões (comissão geral de atingidos e atingidas, comissão territorial de cada distrito atingido de Mariana), audiências públicas e assembleias entre atingidos, empresas e órgãos públicos, os quais foram registrados em diário de campo, bem como, levantamento documental de atas, decisões judiciais, acordos, matérias de jornais e documentos públicos relativos ao rompimento da barragem de Fundão.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres de diferentes distritos atingidos pela lama do município de Mariana/MG. Para a realização das entrevistas foi esclarecido para as participantes se tratar de uma pesquisa acadêmica e que seu uso era restrito para este fim. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das mesmas por meio de assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido e destinadas para fins únicos do referido estudo. Também utilizamos como fonte de informação entrevistas de mulheres concedidas ao Jornal a Sirene (jornal produzido pelos atingidos e atingidas de Mariana e Barra Longa/MG).

Os nomes das mulheres entrevistadas são fictícios com exceção dos relatos de

mulheres publicizados no Jornal A Sirene e outras reportagens de veículos de mídia, nesses casos são utilizados os nomes verdadeiros conforme citados nas matérias e sempre citada a fonte. As mulheres entrevistadas para este estudo têm idades entre 34 e 49 anos, duas entrevistadas se autodeclararam brancas, uma parda e duas negras. Três delas viveram a vida toda nas comunidades atingidas pela lama, uma delas mudou-se para Mariana já adulta e outra passou a residir no distrito atingido após seu casamento. Quanto à escolaridade, uma concluiu o ensino médio, duas finalizaram o ensino fundamental e duas não chegaram a concluí-lo. Três mulheres se identificaram como trabalhadoras rurais e outras duas trabalhavam em setores como de estética e organização de eventos.

Todas as entrevistadas tiveram suas atividades de trabalho interrompidas após o rompimento da barragem, tanto em função da perda das áreas de cultivo, criação de animais, destruição de estabelecimentos comerciais ou por necessidade de assumir novas responsabilidades como o cuidado de familiares que adoeceram e ainda devido as demandas de participações em reuniões para discutir a reparação dos danos. Todas as mulheres entrevistadas eram mães.

Resultados e Discussão

Embora seja possível identificar um conjunto grande de violências sobre as mulheres atingidas, no processo de análise, procuramos observar pontos que tangenciavam a maioria das manifestações de violência patriarcal, em que foi possível observar que o componente econômico atravessava a maioria delas, sobretudo, em função da perda do trabalho e da renda que garantiam alguma autonomia econômica para as mulheres. Este fator (econômico) em nossa análise é central para entender os desdobramentos das violações vividas pelas mulheres. Outro ponto igualmente importante que atravessou o processo de análise foi a sobrecarga de

trabalho em tarefas de cuidado de pessoas doentes, crianças e idosos pelas mulheres em face da nova condição de vida de perda de laços e vínculos familiares e de vizinhança, além das demandas de participação em reuniões e agendas para discutir o processo de “reparação”.

Os atingidos que tiveram perda de trabalho e renda em novembro de 2015, conquistaram um direito emergencial de receberem um cartão de auxílio financeiro no valor de um salário-mínimo, acrescido de 20% por membro da família dependente, em tese esse direito englobava a todos (homens e mulheres) que perderam seus trabalhos em face da destruição de suas comunidades. No entanto, na prática, o que aconteceu foi que as empresas, ao ficarem responsáveis pela concessão do cartão, ignoraram uma série de ocupações que originavam sustento e renda as mulheres, muitas não tiveram direito ao cartão, outras foram consideradas dependentes de seus maridos e companheiros, recebendo apenas 20% do salário. Tal situação as colocou em posição de dependência financeira e perda de autonomia.

Em entrevista concedida ao dossiê “Mulheres na Lama e na Luta”,

“Rosilene, ex moradora de Bento Rodrigues [...] explica que as mulheres que eram “somente donas de casa”, eram exceção em Bento Rodrigues. Algumas trabalhavam fora da comunidade, principalmente nas empresas terceirizadas que prestavam serviço à Samarco. Outras faziam crochê ou faxina, algumas até pegavam lenha para vender ou iam para o rio garimpar ouro. Fontes de renda que se perderam com a lama” (Medeiros & Azevedo, 2017, s/p).

A comunidade de Bento Rodrigues é uma comunidade rural, a partir das observações feitas durante o campo, foi possível perceber uma diversificação em termos de ocupações e trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, muitas trabalhavam em empresas terceirizadas da Samarco, executando serviços de limpeza, ou trabalhavam em Mariana no comércio. Em Bento também haviam mulheres envolvidas com a produção da geleia de pimenta biquinho, outras faziam artesanatos, doces e salgados, ou ainda vendiam roupas e cosméticos de porta

em porta. Por ser um distrito afastado das áreas mais centrais do município de Mariana, conservavam-se também atividades como criação de pequenos animais e cultivo de hortas caseiras (atividades desempenhadas majoritariamente pelas mulheres).

Os demais distritos também são classificados como rurais, classificação esta usada pelos próprios atingidos para referirem-se ao lugar onde moravam “eu era da roça e eu morava na zona rural” foram expressões ouvidas por mim com bastante frequência das atingidas de Pedras, Borbas, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Campinas, Paracatu de Cima e Camargos, ao longo do trabalho de campo.

Nesses locais a predominância do trabalho era na agricultura e produção leiteira, em se tratando do trabalho feminino igualmente trabalhavam na agricultura familiar e atividade leiteira, ainda foi possível levantar a existência de mulheres que exerciam atividades de garimpo, meeiras⁴ e trabalhadoras sazonais em colheitas, como a colheita anual de café no distrito de Paracatu. Desse modo, “Paracatu era uma roça que todo mundo vivia feliz. Quando vejo minhas coisas lá entupidas de lama, penso: “Meu Deus, tudo que construí com muita dificuldade apanhando café, capinando e plantando foi embora” (Conceição, atingida de Paracatu de Baixo, *Jornal A Sirene*) - (Barbosa et al., 2017).

Eu sou lavradora, eu comecei a trabalhar, eu era muito criança ainda, ia todo mundo pro mato trabalhar, encher forno, tirar lenha, plantar braquiara, plantar milho, feijão, roçar, desde criança assim eu faço serviço de roça mesmo, em geral. [...] Depois fui trabalhar nessa fazenda que foi atingida lá eu fazia plantação de eucalipto para o dono da fazenda e mexia com as minhas criações, tirava leite, criava bezerro (Antônia, Entrevista, Atingida de Ponte do Gama).

Os trabalhos realizados pelas mulheres em suas comunidades eram muito diversos,

⁴ Meeiras são agricultoras que trabalham em terras que pertencem a outra pessoa e repartem seus rendimentos com o dono dessas terras.

alguns dependendo exclusivamente dos recursos naturais existentes em seus territórios para criação de animais, pesca e cultivo de gêneros alimentícios. Embora, não circunscrita ao município de Mariana é válido destacar aqui o caso das mulheres garimpeiras das cidades de Rio Doce, Nova Soberbo e Santa Cruz do Escalvado, que após os impactos no rio em que exerciam seu trabalho cessaram com sua atividade e lutam para serem reconhecidas como atingidas e terem suas perdas ressarcidas. Em reportagem do Jornal A Sirene, de novembro de 2017, mulheres garimpeiras, compartilharam suas histórias de vida entrelaçadas com a dimensão do trabalho no garimpo.

Deixei a escola aos 12 anos para trabalhar e ajudar minha mãe. Plantava na roça, pescava e garimpava, até que tivemos que sair de nossas casas em Soberbo para a construção da barragem de Candonga. Reassentaram nossa comunidade, mas a vida na antiga Soberbo era melhor. O terreno era maior, dava pra plantar, criar galinhas soltas no quintal. A gente morava praticamente dentro do rio, de tão perto que era. Por isso, falo que já estou escaldada de barragem. Já tive que lutar muito na época de Candonga, agora veio essa lama e acabou com tudo outra vez. Não pode mexer com ouro, nem pescar. Tem gente passando fome aqui [...] (Maria Helena, atingida de Nova Soberbo, Jornal A Sirene) - (Rocha, Geverina, Helena, & Felix, 2017).

Igualmente a vida das mulheres que viviam da pesca no Rio Doce e no litoral do Espírito Santo foi fortemente afetada, em muitos casos o trabalho era geracional e para além do sustento que provinha para a família também representava o compartilhamento de aprendizados de modos de trabalhar (saber-fazer) que eram passados de geração em geração.

Eu cresci ali, conheço aquele rio todo. Minha mãe sustentou os filhos com a pescaria e agora, que tenho uma família, vem um problema desses, antes eu podia ir no rio, pescar, fazer um pirão e meus filhos comiam. Agora eles não podem nem brincar na beira do rio (Atingida Joselia das Neves, Brasil de Fato) - (Rohden, 2018).

É necessário destacar que as atividades desempenhadas pelas mulheres em trabalhos muitas vezes invisibilizados, como o cultivo de hortas caseiras, criação de pequenos animais e até mesmo na pesca contribuíam sobremaneira para a alimentação e para economia familiar, pois, ao produzir, deixavam de comprar vários gêneros alimentícios. “Na roça a terra é o padrão de todo mundo, não tem desemprego, lá eu plantava tudo que eu precisava, até dava para os meus filhos trazerem para cidade, não precisava comprar ovos, frutas, verduras, queijo, sempre tinha, agora temos que comprar tudo” (Trecho Diário de Campo, 05/07/17).

Tinha minha casa, minhas plantações e cuidava das minhas galinhas, eram mais de 100. Elas eram daquelas raças que botavam muitos ovos. As vezes, não conseguia pegar tudo, pois elas ficavam soltas e acabava perdendo. Quando a lama da Samarco, veio, eu perdi a maior parte delas [...] Hoje vivo aqui na cidade e a única galinha que tenho foi minha filha que me deu. Cuido dela aqui, mas não é a mesma coisa, não é do mesmo jeito (Atingida, Maria da Conceição Martins, Paracatu de Baixo) - (Muniz et al., 2017).

Os trechos dos depoimentos acima expostos, enunciados pelas próprias mulheres atingidas, vão na contramão das descrições feitas pelas empresas que omitem sua condição de trabalhadora, relegando seu trabalho a mera condição de “ajuda” da atividade produtiva desenvolvida pelo homem, fato este que reforça a desigualdade sobre as mulheres, especialmente a vivida no meio rural.

Segundo Paulilo (2013), as mulheres, especialmente pobres e que vivem no meio rural, sempre trabalharam. No entanto, por seus trabalhos ficarem circunscritos na maioria das vezes a esfera da casa (espaço privado) mesmo quando essa atividade é remunerada, era visto como uma “ajuda” que poderia ser interrompida sempre que a família necessitasse, seja com cuidado de doentes, filhos, mudança para acompanhar o marido. Esse lugar da mulher confinada ao lar e desempenhando funções de cuidado, não é cobrado apenas pela família,

mas pelo Estado, pelas instituições morais e religiosas, pois, serve sobremaneira à manutenção de desigualdades no sistema capitalista.

Constatamos nas trajetórias de vida e trabalho das mulheres atingidas, justamente em função de sua posição de classe e sexo, a permanência em trabalhos com fortes “desqualificações” sociais, muitas vezes nem mesmo sendo considerado como trabalhos e sim, como anteriormente mencionado, como mera ajuda na subsistência da casa e da família. Essa posição arcaica do ponto de vista dos avanços na compreensão das lutas das mulheres pelo reconhecimento do trabalho doméstico, da dupla jornada, da inferiorização da remuneração recebida entre homens e mulheres, do acúmulo das atividades de cuidado é tomada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton necessariamente nesse sentido atrasado atualizando as desigualdades sobre as mulheres já tão presentes em seus cotidianos.

Nas comunidades atingidas as redes de convívio social constituídas pelas mulheres, além de ser um aspecto fundamental para a dimensão do trabalho, uma vez que constituíam a clientela para a venda e troca dos itens por elas produzidos, também se constituíam em redes de suporte social para o cuidado das crianças, doentes e idosos. Pois, na ausência de políticas públicas que possam dar assistência as mulheres, elas precisaram inventar formas de compartilhar as funções de cuidado com pessoas da comunidade. A perda desses laços de vizinhança, especialmente os vínculos criados entre as mulheres (mães, vizinhas, amigas) após o rompimento da barragem, hoje, significa maior sobrecarga de trabalho reprodutivo para as mulheres. O termo trabalho reprodutivo é tomado aqui a partir do entendimento de Ávila (2010) que o define como aquelas funções desenvolvidas para suprir as necessidades de manutenção cotidiana da vida humana.

Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos a gente gritava um e

outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava ela de cá. Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa o som e as brincadeiras também eram na praça. Era o point, né? [...] (Maria, Atingida de Bento Rodrigues, Jornal A Sirene) - (Muniz et al., 2017).

A dimensão do trabalho para as atingidas e atingidos estava fortemente entrelaçado a dimensão territorial, uma vez que era na terra e no rio que a maior parte da população atingida buscava seu sustento. Dessa forma, é preciso reconhecer que não apenas os territórios foram destruídos, mas também o trabalho e as relações construídas socialmente a partir dele.

Ser mulher atingida é mais difícil que para os homens, muitas mulheres conhecidas minhas, estão como dependentes do marido, recebem 20%, o marido recebe um salário e ela recebe 20%, e a gente tem lutado, eu por fazer parte da comissão de atingidos, eu venho ajudando algumas mulheres que se entendem como atingidas a lutar pelo trabalho delas porque, por mais que não era carteira assinada, era só no rural, prestação de serviços como diarista, trabalhava na roça, essas mulheres, as que conseguem perceber que elas tem direitos tem procurado e algumas delas até já conseguiu, mas a maioria não, elas continuam dependendo dos maridos, os maridos têm cartão e elas não, elas enfrentam essa dificuldade. (Rosa, entrevista, atingida Paracatu de Cima).

A fala de Rosa corrobora com o entendimento de que é justamente pelo fato do trabalho das mulheres serem realizados em casa ou nas suas adjacências, eles são considerados como menos importantes e até mesmo negados. Paulilo (1987) em texto intitulado “O peso do trabalho leve” no qual investigou o trabalho de mulheres na agricultura em diferentes regiões do Brasil na década de 80 do século passado, constatou que um dos argumentos mais presentes para auferir as mulheres rendas inferiores à dos homens era de que o trabalho feito pelas mulheres era “leve” distinto daquele feito pelos homens, considerados como “pesados.

Outro fator apontado por Paulilo (1987) como argumento para a desvalorização social e econômica do trabalho feito pelas mulheres é que estes são considerados como ajuda ou complemento na renda doméstica, ou seja, a renda que é advinda do trabalho do homem é considerada primordial e a renda do trabalho das mulheres é secundarizada, considerada como “apoio” ou “ajuda” na composição do orçamento familiar. O trabalho das mulheres é considerado leve com baixa remuneração não pelas características do trabalho realizado e sim pelas hierarquias sociais e sexuais presentes em nossa sociedade.

Os impactos perpassam as questões materiais, as implicações subjetivas provocadas pela perda da autonomia, trabalho e renda se traduzem em sofrimento psicossocial e maior sobrecarga nas tarefas cotidianas para as mulheres. Essa sobrecarga, se dá tanto em função das buscas de novas formas de trabalho como também devido ao aumento das demandas de cuidado de pessoas dependentes (crianças ou idosos) ou daquelas que adoeceram devido ao rompimento e ficaram sob a responsabilidade das mulheres.

Considerações Finais

Nós todos estamos com a lama no coração, a lama pode não chegar nos pés, na casa, mas chegou no coração, tem um punhal no peito da gente, não dá nem pra tirar que sangra mais (Trecho Diário de Campo - 09/08/17 – Atingida Paracatu de Baixo).

As mulheres exerciam uma variedade de atividades de trabalho nas comunidades atingidas, especialmente nas propriedades rurais, atividades de pesca e garimpo. Algumas mulheres possuíam registro na carteira de trabalho, eram trabalhos considerados “formais”, já a grande maioria não tinha registro, exerciam atividades “informais” ou autônomas, é sobre essas últimas que reside a maior dificuldade em comprovar que perderam seu trabalho e sua renda.

Tal situação se complexifica na medida em que as empresas mineradoras ficaram responsáveis por gerir o processo de reparação, e, a partir de um completo desconhecimento das dinâmicas locais informais e rurais de produção e geração de renda, as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton negaram para muitas mulheres o recebimento do cartão de auxílio financeiro mensal. Cartão este que foi concedido prioritariamente aos homens.

Conceder o cartão para o homem “chefe da família”, sujeito masculino, reforça a existência de uma relação hierárquica e desigual nas famílias, portanto é necessário evidenciar os efeitos dessa prática sobre o cotidiano das mulheres, e, as bases sociais e econômicas nas quais se amparam para desnaturalizar este lugar de dependência econômica e cultural.

Os trabalhos das mulheres do campo são naturalizados em nossa cultura a partir da divisão sexual do trabalho que tem por base um modelo binário que separa o público e o privado, a natureza e a cultura. Esta naturalização do lugar social do trabalho da mulher, posto no campo da “ajuda”, está tão enraizada socialmente que para muitas mulheres rurais se compreender como trabalhadoras requer um amplo processo de aprendizagem pessoal e coletiva (Pimenta, 2005).

A luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres do campo como trabalho, é uma das pautas centrais das lutas das mulheres trabalhadoras rurais, e, diante do contexto do rompimento da barragem da Samarco, esta luta se atualiza e se coloca ainda mais em evidência. Para muitas mulheres atingidas o reconhecimento de que sua atividade laboral no campo era um trabalho e gerava valor só ficou visível a partir da sua perda e da falta que o mesmo faz na renda familiar.

As concepções patriarcais sobre o trabalho das mulheres, por parte das empresas mineradoras em Mariana/MG, reproduzem a opressão sexual, pois ao não reconhecerem que, o que as mulheres faziam em suas comunidades em primeiro lugar era trabalho, e em segundo lugar produzia valor, acabam por reforçar e atualizar o lugar social da subalternização da

mulher.

O patriarcado por assentar-se no sistema capitalista, para além da dimensão da família, é estrutural e institucional. Nesse sentido, as formas de dominação patriarcal podem ser públicas, institucionais e coletivas, existindo mecanismos estruturais, abstratos e impessoais de dominação masculina, sempre vinculadas a interesses do capital, essas são as formas de dominação praticadas pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton quando do tratamento diferenciado dispensado aos homens e as mulheres atingidas.

Referências

Ávila, M. B. de M. (2010). *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas*. Recife: UFPE.

Barbosa, J., Geraldo, J., Delfonso, J., Aparecida, M., Conceição, M., Felix, M., ... Felix, D. (2017). Josés e Marias. *Jornal A Sirene*. Recuperado em 27 de dezembro de 2018, de

<http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2017/12/28/joses-e-marias>

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. (2010). *Relatório Comissão Especial:*

Atingidos por Barragens. Brasília. Recuperado de <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-deatuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>

Engels, F. (2017). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Best Bolso.

Fals Borda, O. (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá:

CLACSO.

Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho.

Cadernos de Pesquisa, 37(132), 595–609. Recuperado de <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. (edición, introducción y notas de Amalio Blanco), Madrid: Trotta.

Mariátegui, J. C. (2007). *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas:

Ayacucho.

Medeiros, I., & Azevedo, A. (2017). Dossiê mulheres na lama e na luta. *Medium*. Recuperado em: 27 de dezembro de 2018, de <https://medium.com/@jornalistaslivres/dossiê-mulheres-na-lama-e-na-luta-6544e21e39ee>

Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de MG, Ministério Público do Estado do ES, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de MG, & Defensoria Pública do ES. (2018). *RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 10 de 26 de março de 2018 Página 2 de 27*. Belo Horizonte. Recuperado de <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos* (1º ed). Buenos Aires: Paidós.

Muniz, M., Quintão, M., Bento, M., Silva, S., Silva, S., Rangel, A. L., ... Filgueiras, S.

(2017). Minha Vila Lá. *Jornal A Sirene*. Recuperado em 27 de dezembro de 2018, de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra.

Pimenta, S. D (2005). *Trajetórias na Terra: sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais]. Recuperado de <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/3.-PIMENTA-S.D.C.-Trajet%C3%B3rias-na-Terra.pdf>

Paulilo, M. I. S. (2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Dados*, 56(2), 285–310. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002>

Paulilo, M. I. (1987). O Peso do Trabalho Leve. *Revista Ciência Hoje*, (28). Recuperado de <http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>

Reyes, M., & Mayorga, C., & de Araújo Menezes, J. (2017). Psicología y Feminismo:

Cuestiones epistemológicas y metodológicas. *Psicoperspectivas*, 16(2), 1-8.

Rocha, D., Geverina, T., Helena, M., & Felix, D. (2017). Mulheres no Garimpo. *Jornal A Sirene*. Recuperado em 27 de dezembro de 2018, de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20

Rohden, J. (2018). Pescadoras do ES sobre Rompimento da Barragem: somos atingidas de novo a cada maré. *Brasil de Fato*. Recuperado em 27 de dezembro de 2018, de <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/05/pescadoras-do-es-sobre-rompimento-da-barragem-somos-atingidas-de-novo-a-cada-mare/>

Saffioti, H. (1987). *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna.

Sorj, B. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 6(1), 123–128. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/09.pdf>